

# IX Semana de Estudos dos Problemas Mínero - Metalúrgicos do Brasil

DATA — 10 de maio de 1957.

LOCAL — Instituto de Engenharia de São Paulo

ASSUNTO — «O PROBLEMA DO FINANCIAMENTO DA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA NO BRASIL».

CONFERENCISTA — Econ. Juvenal Osório Gomes

PRESIDENTE — Eng. Otávio Marcondes Ferraz

ORIENTADOR — Eng. João Gustavo Haenel

## A B E R T U R A

JOSE' DO VALLE NOGUEIRA — Declaro abertos os trabalhos desta noite, em que trataremos do problema do financiamento da indústria siderúrgica no Brasil. Tenho a honra de convidar para assumir a Presidência da Mesa o Eng. Otávio Marcondes Ferraz, Diretor Superintendente da Cia. Siderúrgica Paulista e representante da Cia. Hidro-elétrica do São Francisco.

(Palmas)

ENG. OTÁVIO MARCONDES FERRAZ — Tenho a honra de convidar a tomar assento à mesa que irá dirigir os trabalhos, os seguintes Srs. : Dr. Frederico Azevedo Antunes, representante da ICOMI; Eng. Paulo de Andrade Costa, representante da Soc. Mineira de Engenheiros; Eng. Jaime Bulcão, representante da Cia. Siderúrgica Nacional ; Cel. Avelino Camargo, representante do Estado Maio do Exército; Ten. Cel. Aarão Benchimol, representante do Estado Maior das Fôrças Armadas; Eng. Eduardo de Sousa Queirós, representante do Instituto de Engenharia de São Paulo, Dr. Paulo de Sousa, representante da Associação Comercial de São Paulo e Prof. Luís Lesseigneur de Faria, diretor da Escola de Engenharia do Rio Grande do Sul. (Palmas).

Nesta noite vamos ter o prazer de ouvir a palavra do economista Sr. Juvenal Osório Gomes, Chefe do Setor de Balanços e Pagamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que vai falar sôbre o problema do financiamento da indústria siderúrgica no Brasil. Dou a palavra ao ilustre conferencista.

(Palmas)

# O Problema do Financiamento da Indústria Siderúrgica no Brasil

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Sr. Presidente, demais membros da Mesa, minhas senhoras, meus senhores :

Inicialmente desejo agradecer à diretoria do Centro Moraes Rego a honra de ter-me convidado para proferir, perante público tão seleta, uma conferência versando sôbre o tema do financiamento da expansão da indústria siderúrgica brasileira. Quero esclarecer, de início, que, apesar de fazer parte do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, falarei aqui na qualidade apenas de Juvenal Osório Gomes e não na de funcionário daquele Banco. Acho que desta maneira poderemos discutir mais livremente o problema do financiamento e da expansão da indústria siderúrgica no Brasil.

O plano que organizei para esta palestra não prevê desde logo a entrada no seu tema específico, isto é, o financiamento da expansão da indústria siderúrgica. Antes de entrar neste assunto, podemos passar em revista, embora de maneira rápida, o desenvolvimento da indústria siderúrgica no Brasil no passado e a perspectiva para o futuro, e também analisar as perspectivas de expansão do mercado de produtos da indústria siderúrgica no Brasil, pois só assim poderemos determinar qual a expansão da capacidade de produção que se fará necessária. E' equacionando o crescimento do consumo, que poderemos verificar a urgência de se expandir a capacidade de produção da indústria siderúrgica brasileira.

A indústria siderúrgica no Brasil, embora anteriormente tenham sido feitas várias tentativas práticas, só na década de 1920 é que foi iniciada. Em 1920-21, as estatísticas já registram alguma produção de ferro gusa. Nos anos seguintes aparece a produção de aço. Em 1925 finalmente aparece a produção de laminados pela primeira vez. Anteriormente, no século passado, haviam sido feitas várias tentativas de implantação da indústria siderúrgica no Brasil; várias pequenas usinas foram fundadas, produziu-se aqui ferro, porém tôdas as tentativas redundaram em fracasso por uma razão ou por outra, que não vale a pena analisar aqui.

Vamos partir de 1925 para cá. Naquele ano já produzíamos 30 mil toneladas de gusa, 7 mil toneladas de aço em lingotes, e a produção de laminados era iniciada com 283 toneladas. De 1925 a 1930, no setor do ferro gusa, o progresso foi pequeno, pois

o aumento que se verificou foi de apenas 5 mil toneladas, passando a produção de 30 para 35 mil toneladas. Porém, a produção de aço se expandiu de 7 para 20 mil toneladas, e a de laminados, que era quase nula em 1925, alcançou 25 mil toneladas em 1930. A expansão continuou na década dos 30, apesar da depressão que assolava o mundo naquela época. Assim é que em 1935 já produzíamos 64 mil toneladas de ferro gusa, isto é, praticamente o dobro da produção de 1930; 64 mil toneladas de aço em lingotes e 52 mil toneladas de laminados. Assim, entre 1930 e 35, quando o mundo se debatia em crise, o Brasil conseguiu duplicar sua produção siderúrgica. É verdade que a nossa produção naquela época era insignificante, de modo que esse aumento não tem grande sentido. Mas a partir de 1935, ainda na década dos 30 (1935-40) registrou-se novamente forte incremento. A produção de gusa mais que duplicou, passando de 64 para 185 mil toneladas; a de aço em lingotes, de 64 para 141 mil toneladas e a de laminados de 52 para 135 mil toneladas. Essa era a situação da nossa indústria siderúrgica ao se iniciar a segunda guerra mundial.

A grande expansão que se verificou no fim da década dos 30 foi devida principalmente à instalação da Siderúrgica Belgo-Mineira. Entre 1940 e 45, isto é, no período da Segunda Guerra Mundial, a siderurgia brasileira expandiu-se mais pela ampliação das instalações já existentes que pela instalação de novas usinas.

Em 1945 a produção de ferro gusa atingiu 260 mil toneladas; a de aço 205 mil toneladas e, a de laminados 165 mil toneladas. A partir daí é que a indústria siderúrgica brasileira, pode-se dizer, começou mesmo a se desenvolver em bases mais sólidas, mais amplas. Até 1945 a produção era feita por pequenas usinas. Só em 1946 é que entrou em funcionamento a usina de Volta Redonda, o primeiro empreendimento da grande siderurgia no Brasil.

Em 1945, como disse, a produção de gusa era de 260 mil toneladas; em 1950 já produzíamos 729 mil toneladas; a de aço em lingotes em 1945 era de 205 mil toneladas, alcançando, em 1950, 778 mil toneladas e, finalmente, no setor de laminados em 1945 produzimos 165 mil toneladas e, em 1950, 623 mil. A grande expansão da produção de ferro e aço verificada no quinquênio 1945/1950 deveu-se, principalmente, à entrada em funcionamento da usina de Volta Redonda, da Companhia Siderúrgica Nacional. No quinquênio 1950/1955, a produção continuou a expandir-se, porém, a ritmo bem mais lento. Nesse quinquênio a produção se expandiu quase que exclusivamente pela ampliação das usinas existentes, uma vez que nenhuma grande usina foi construída no período.

No que concerne ao ferro gusa a produção aumentou de 729 mil toneladas em 1950 para 1.068 mil toneladas em 1955; a produção de aço em lingotes elevou-se de 778 mil para 1.162

mil toneladas, de 1950 a 1955 e, finalmente, a produção de laminados passou de 623 mil para 982 mil toneladas.

A situação atual da indústria siderúrgica brasileira, a capacidade de produção dessa indústria, pode ser medida pelos dados relativos à produção do ano de 1956. Nesse ano foram produzidos de ferro gusa, 1.149 mil toneladas; de aço em lingotes, 1.356 mil e, de laminados, 1.120 mil toneladas. Temos, assim, que a indústria siderúrgica brasileira já ultrapassou a casa do 1 milhão de toneladas de laminados, o que já é bastante apreciável, não quando comparado, por exemplo, à produção dos Estados Unidos, que vai a mais de 100 milhões de toneladas por ano, mas quando confrontada com a de outros países subdesenvolvidos na América Latina, Europa, Ásia, etc. A produção de um milhão 120 mil toneladas de laminados, não há dúvida, já é bastante significativa, porém, precisamos de muito mais, como será visto adiante. Fato interessante, e que tem implicação nos que vamos dizer no decorrer da palestra, é que cerca de 50% da produção de laminados da indústria siderúrgica provêm de Volta Redonda, da Usina da Companhia Siderúrgica Nacional. Como todos sabemos, trata-se de uma empresa governamental, que foi criada pelo Estado para suprir uma falha que se vinha notando na iniciativa privada. Não que os empreendedores privados não tivessem suficiente interesse e patriotismo bastante para desenvolver essa indústria no País, mas porque não tinham eles condições financeiras suficientes para assegurar os vultosos recursos necessários para a construção de uma grande usina siderúrgica.

Tanto assim é que, na época, já existiam várias pequenas usinas. Mas, para a implantação da grande siderurgia, foi o Governo forçado a agir como empreendedor, constituindo a Companhia Siderúrgica Nacional que construiu a usina de Volta Redonda.

É interessante notar que a produção da nossa indústria veio aumentando, gradativamente, a sua participação no mercado nacional de produtos de ferro e aço. Tomando a média dos anos de 1928 e 1929, a produção nacional foi suficiente para atender apenas 5,6% do consumo de produtos siderúrgicos. Já em 1930 esta percentagem aumentava para 10%. Em 1935 era de 15% e em 1940 de 32%. De 1940 a 1945, pouco progresso foi feito, visto que nesse último ano a percentagem ainda era de 33% e, em 1946, de 35%. Porém, de 1946 para 1950 é que demos o saldo decisivo, pois a indústria siderúrgica nacional abasteceu 70% das necessidades de produtos de ferro e aço. Em 1955, a participação da produção interna já se elevava a 75% do consumo aparente.

Vêem os senhores que estamos bem próximos do atendimento integral das necessidades do nosso mercado com o pro-

duto nacional; veremos, porém, que não será tarefa fácil atingir o nível de 100%.

Vejam agora como evoluiu, no passado, o consumo dos produtos de ferro e aço. Para medida deste consumo tomamos, ano a ano, a produção interna mais a importação de laminados, que são os produtos finais das usinas siderúrgicas.

Em 1925, ano que inicia o nosso retrospecto, o consumo de produtos de ferro e aço no Brasil era de 386 mil toneladas. Em 1928/29, que foram os dois anos de prosperidade que precederam imediatamente à depressão, o consumo de produtos siderúrgicos foi, em média, de 490 mil toneladas por ano.

A crise exerceu um efeito drástico sobre o consumo de ferro e aço, pois em 1930 este caía para 230 mil toneladas e, em 1931, para apenas 140 mil. A queda foi vertical: em 1929 consumiu o País 490 mil toneladas; em 1931, dois anos depois, apenas 142 mil. Em 1935 o consumo havia se recuperado parcialmente dos efeitos da depressão, atingindo 336 mil toneladas, porém estava longe de voltar ao nível de 1929. Dez anos após a depressão, o consumo de ferro e aço ainda era inferior ao de 1928, pois não alcançava 420 mil toneladas; e mesmo em 1945, 16 anos depois, a quantidade de ferro e aço consumida no País ainda estava abaixo do nível registrado em 1928/29, pois não ultrapassou 465 mil toneladas, em confronto com as 490 mil de 1928. Só em 1946 é que o mercado brasileiro de ferro e aço se recuperou integralmente dos efeitos depressivos da crise de 1930 e das dificuldades cambiais que surgiram daí para diante.

Nesse ano, o consumo atingiu 657 mil toneladas, excedendo, porém ainda por pequena margem o nível verificado 18 anos atrás. Daí em diante, porém, o consumo se expandiu rapidamente, e, em 1950 já atingia a 887 mil toneladas, alcançando, em 1955, 1.323 mil toneladas. Para 1956 ainda não temos dados definitivos, mas é provável que o consumo aparente, isto é, a produção e a importação de produtos siderúrgicos tenha alcançado 1.450 mil toneladas, aproximadamente.

É de notar-se que este consumo está, de certa maneira, reprimido pelas dificuldades de importação; está ele limitado pela capacidade de produção nacional, mais uma pequena quota de importação que não satisfaz, integralmente, as necessidades do mercado. Efetivamente, a indústria mecânica que se dedica à transformação de produtos siderúrgicos não consegue produzir a plena capacidade, porque não encontra a matéria-prima, os laminados em quantidade suficiente. As entregas da Cia. Siderúrgica Nacional, como todos sabem, são limitadas pela sua capacidade de produção e a folha de pedidos que mantém é muito grande.

Tudo indica, pois, haver uma procura insatisfeita de produtos de ferro e aço. A julgar pelos dados de oferta (produção mais importação), o nosso consumo anual de ferro e aço seria

de 1.400 mil a 1.500 mil toneladas. E' provável, porém, que se houvesse mais 200 ou 300 mil toneladas de produtos de ferro e aço, esta quantidade adicional seria absorvida pelo mercado. Assim, vemos que a capacidade de produção de nossa indústria siderúrgica é atualmente de 1.120 mil toneladas de laminados, enquanto que o nosso consumo é da ordem de 1.400 mil a 1.500 mil toneladas por ano. De modo que há um déficit efetivo de cerca de 300 a 400 mil toneladas, alcançando o déficit potencial a cerca de 500 a 700 mil toneladas. Resta saber, agora, qual será a nossa situação, no futuro, no que concerne à procura de produtos siderúrgicos.

E' da maior importância, para planejar a instalação de novas indústrias e a ampliação das atuais, ter uma idéia de qual será, no futuro, daqui a 3, 5 ou 8 anos, o mercado para os produtos dessa indústria. No que toca à indústria siderúrgica, dada a importância de que ela se reveste para a economia nacional, é grande o interesse dessa projeção da procura, tanto no meio produtor privado como nos setores governamentais. Várias estimativas da procura futura de ferro e aço têm sido feitas. E' bem sabido que as previsões econômicas se revestem de um grau de incerteza bastante grande, uma vez que as previsões que fazemos, para o futuro, obviamente têm de ser feitas na base dos dados que conhecemos hoje. Ora, a estrutura da economia pode mudar e, por outro lado, o conhecimento que temos da economia no presente é inexato, porque nos é apresentado apenas parcialmente, por todas as estatísticas de que dispomos. Se este conhecimento não é completo, a projeção que com base nele fôr feita reveste-se, forçosamente, de uma margem maior ou menor de erro.

Outro fator de erro é a mudança da estrutura de economia, que poderá se verificar, no futuro. E' verdade que procuramos antever essas mudanças, mas também aí a previsão pode falhar.

No que concerne ao mercado de ferro e aço no Brasil, várias previsões já foram feitas. Conheço umas cinco ou seis. Umás mais refinadas, outras usando métodos estatísticos altamente elaborados, outras, ainda, mais cruas, mais grosseiras; todas elas, porém, sujeitas a uma margem maior ou menor de erro. Para 1960, por exemplo, o consumo de laminados, segundo as estimativas mais pessimistas, seria da ordem de 1.800 mil toneladas e, segundo as mais otimistas, de 3 milhões de toneladas. Vejam os Senhores a enorme diferença que há entre a mais pessimista e a mais otimista.

Aqui, para efeito deste trabalho, para podermos raciocinar, vou supor que a procura de laminados, em 1960, seja de 2,1 milhões de toneladas. Indo mais longe no futuro, em 1965, as estimativas mais otimistas, estimam o consumo de laminados em 3.500 mil toneladas e as mais pessimistas em 2.500 mil toneladas. Aí também, os Senhores vêem, há uma margem de 1 milhão de

toneladas entre a mais otimista e a mais pessimista. Para raciocinarmos aqui vamos adotar a cifra de 3.250 mil toneladas.

Vejamos agora o porque dessa nossa preocupação com o problema do financiamento da indústria siderúrgica. Por que estou eu tomando o tempo dos Senhores e por que eu mesmo me abalei do Rio para vir aqui debater com os Senhores esse problema. Será que ele existe mesmo?! Vejamos.

Supondo que em 1960 a procura de produtos siderúrgicos seja de 2.100 mil toneladas, que foi a cifra que adotamos aqui para o nosso trabalho, que haveria? A nossa capacidade de produção atual, como vimos, é de 1.120 mil toneladas. Ora, se não se expandir esta capacidade, teremos, em 1960, um **deficit** de produtos siderúrgicos da ordem de 1 milhão de toneladas! A alternativa para expansão da indústria, a fim de atender a esse aumento da procura, seria, evidentemente, a importação. Mas, quanto custaria a nós a importação de 1 milhão de toneladas de laminados? Aproximadamente, 150 ou 160 milhões de dólares. É evidente que as condições do nosso balanço de pagamentos, as dificuldades cambiais que temos, não nos permitiriam importar, apenas de produtos siderúrgicos, 160 milhões de dólares!

A nossa importação total, de acordo com a nossa capacidade de exportar, com o que nos rende a venda de nossos produtos no exterior, é da ordem de 1.200 milhões de dólares. Se formos, só para importar produtos siderúrgicos, sem considerar todas as demais necessidades do País de matérias-primas, de equipamentos, etc., que precisamos adquirir no exterior, gastar mais de 10% dessa capacidade, certamente iríamos enfrentar grave escassez de outros produtos de importação, igualmente essenciais à nossa economia.

A outra alternativa à expansão da indústria para atender a esse aumento da procura seria a diminuição do ritmo do desenvolvimento econômico do País. Esta alternativa, evidentemente, é posta de lado desde logo. Ninguém a considera porque ninguém, é claro, deseja estancar o desenvolvimento do País.

Em 1960 a nossa situação, quanto à oferta e procura de produtos siderúrgicos, será a que foi configurada acima. Vejamos quais são as perspectivas para 1965. Conforme combinamos aqui, a cifra que adotamos para trabalhar, representativa do consumo em 1965, é de 3.250 mil toneladas. Se a capacidade da nossa indústria não se expandir até lá, permanecendo a mesma de hoje, no nível de 1.100 toneladas por ano, teríamos um **deficit** de 2.150 mil toneladas de produtos siderúrgicos. Isso, em termos de divisas, se fôssemos importar esta quantidade de laminados, significaria a importância de 350 milhões de dólares, o que evidentemente a nossa capacidade de importação não poderia suportar porque significaria 30% da nossa importação global de atualmente.



Assim sendo, isto é, não querendo deter o ritmo do desenvolvimento da economia brasileira e não podendo o nosso balanço de pagamentos suportar a carga da importação dos produtos de ferro e aço necessários à nossa indústria, o que temos a fazer é promover a expansão da capacidade de produção da indústria siderúrgica. E ao promover essa expansão estaremos, ao mesmo tempo, promovendo o desenvolvimento econômico do País, uma vez que, sendo esta a mais básica das indústrias, a sua expansão exerce múltiplos efeitos sobre quase todos os setores da economia. Ao se instalar uma usina siderúrgica, ampliam-se, imediatamente, as bases do desenvolvimento econômico do País, principalmente da região onde ela se instala. Resta agora sabermos como se vai fazer esta expansão. Temos de início duas alternativas: ampliação das usinas existentes ou instalação de novas usinas.

Não são exatamente alternativas porque as usinas existentes, uma vez chegados a determinada capacidade, dificilmente poderão se expandir, de modo que, mais cedo ou mais tarde, põe-se o problema da implantação de novas usinas. No momento já existem e estão em execução vários planos de expansão em quase todas as usinas siderúrgicas que operam no País. Esses planos de expansão em curso e em fase de execução nos darão, até 1960, um acréscimo de 600 a 900 mil toneladas de laminados, isto é, com a execução desses planos, cuja conclusão está prevista para antes de 1960, a nossa capacidade de produção de ferro e aço ficará ampliada de 1.100 mil toneladas, hoje, para 1.700 ou 1.800 mil toneladas em 1960. Esses são os planos efetivos que já estão em fase de execução. Para 1960 não podemos prever a instalação de novas usinas, uma vez que a construção de novas usinas geralmente demora um período que vai de 36 a 48 meses e, mesmo que iniciássemos hoje a construção de uma nova usina, ela não poderia, evidente, entrar em produção em 1960. Dessa maneira, as novas usinas só entrarão no nosso cômputo para o quinquênio 1960/65.

A fim de organizar melhor a matéria e para melhor equacionar o problema do financiamento da expansão da indústria siderúrgica nacional, fui obrigado a configurar aqui, em linhas gerais, um plano siderúrgico para o Brasil para o período 1957/65. Esse plano proporcionaria uma adição de 2.150 mil toneladas de laminados à capacidade de produção do nosso parque siderúrgico. Esse plano compreenderia três etapas. A primeira etapa é a que já estamos realizando neste momento: é a ampliação das usinas existentes. Isso, como vimos, vai-nos dar 700 mil toneladas adicionais até 1960. A segunda etapa seria a construção de duas novas usinas. Já existem dois projetos de novas usinas, que, embora ainda não estejam em fase de construção, estão com seus estudos adiantados. A segunda etapa, portanto, compreenderia a construção de duas novas usinas, as quais po-

deriam nos dar mais 700 mil toneladas de laminados, entrando em produção no período de 1960/65, possivelmente nos primeiros anos desse quinquênio.

A terceira etapa, possivelmente, seria a ampliação das usinas então existentes, isto é, as que existem hoje mais as duas novas que fôssem construídas. Essa etapa proporcionaria mais 750 mil toneladas. Dessa maneira, teríamos um acréscimo de 2.150 mil toneladas na capacidade de produção da indústria siderúrgica, que seria então, em 1965, da ordem de 3.250 mil toneladas, isto é, aproximadamente igual à cifra que aceitamos para representar o consumo de produtos siderúrgicos naquela data.

Esse plano, assim configurado, não tem maior pretensão do que a de facilitar a exposição. Contudo, as suas linhas gerais parecem indicar a maneira mais natural para se fazer a expansão da indústria siderúrgica e, afinal de contas, é a maneira que estamos seguindo. De fato, as ampliações que estão sendo feitas vão nos dar 700 mil toneladas. As duas usinas siderúrgicas que estão projetadas proporcionarão outras 700 mil toneladas e, uma vez construídas essas duas usinas, será fácil ampliá-las e ampliar as outras, de modo a se obter mais 750 mil toneladas. Embora o plano tenha sido elaborado sem maiores preocupações, ele tem uma certa base real.

Vejamos agora quanto custaria adicionar à capacidade de produção da nossa indústria siderúrgica 2.150 mil toneladas nesse período 1957/65. A primeira etapa, isto é, a ampliação das usinas existentes, o que já está em curso, segundo estimativas diversas, vai custar cerca de 100 milhões de dólares e 5 bilhões de cruzeiros, isto é, aproximadamente 10 bilhões de cruzeiros. As duas novas usinas custariam aproximadamente 11,6 bilhões de cruzeiros para as despesas em moeda nacional e 180 milhões de dólares, para as despesas em moeda estrangeira, o que perfaz aproximadamente 20 bilhões de cruzeiros.

A terceira etapa, isto é, a ampliação das usinas no futuro, segundo a estimativa grosseira que fiz, custaria 6.250 milhões de cruzeiros para as despesas em moeda nacional e, 125 milhões de dólares, para as despesas em moeda estrangeira, perfazendo um total de 12,5 bilhões de cruzeiros. No cômputo total, para o período 1957/65, teríamos que fazer para a expansão da indústria siderúrgica, inversões da ordem de 22,8 bilhões de cruzeiros para as despesas em moeda nacional e, 405 milhões de dólares, para as despesas em moeda estrangeira, o que nos dá um total de aproximadamente 43 bilhões de cruzeiros.

O nosso problema, então, é levantar êsses 43 bilhões de cruzeiros para levar a cabo a expansão da indústria siderúrgica, na medida necessária para que ela possa acompanhar o aumento de consumo. É interessante notar que 43 bilhões de cruzeiros

representam, exatamente, um terço do total da inversão feita no País no ano passado.

Como vamos levantar esses 43 bilhões para realizar a expansão de nossa indústria siderúrgica? Este é o problema que temos diante de nós, e que vamos, em seguida, tentar simplificar, dividir em partes, para ver se ele se torna menos difícil. Para isto vamos separar, nitidamente o que é ampliação de usinas existentes do que é construção de novas usinas.

O problema do financiamento da expansão de uma usina existente é muito mais simples do que o do financiamento de uma usina nova. Vejamos. Todos nós sabemos que o nosso mercado de capitais é bastante incipiente. É difícil para um empresário conseguir aumentar seu capital social, obter novos recursos através de subscrições de ações pelo público em geral. É verdade que esse mercado talvez seja difícil por culpa das próprias empresas, porém, esse é outro problema, que não vamos discutir agora, e que poderia, eventualmente, ser objeto de outra série de debates. O que interessa fixar agora é que é difícil levantar capitais, por meio de subscrições de ações, ou de colocação de obrigações, debêntures ou coisa semelhante. Mas, normalmente, além do mercado de capitais ser incipiente, há grandes dificuldades para a obtenção de crédito a longo prazo, dificuldades essas que, felizmente, agora, em certos casos, já desapareceram com a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

Vejamos como pode uma empresa levantar os recursos necessários às suas novas inversões.

Primeiramente, temos que, se a empresa já existe, já está em operação, ela pode utilizar, para esse fim, as reservas e lucros retidos. É um dos meios de financiamento de expansão e, sem dúvida, o mais fácil. Outro meio consiste na venda de ações ao público; este é mais difícil no caso do Brasil. Uma outra maneira de obter recursos para novos empreendimentos é o crédito por parte dos fornecedores de equipamento, os quais tendo interesse em vender suas mercadorias, fazem o possível para fazer essa venda financiada. Finalmente, temos o crédito, o empréstimo do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e do Banco do Brasil. Não poderemos levar em consideração os outros Bancos, já que os seus empréstimos não são a longo prazo, como requer um empreendimento deste tipo. Em todo caso, a rede bancária sempre pode ajudar bastante, financiando parte do capital de movimento necessário para a operação do projeto.

Vimos então, que a empresa pode utilizar reservas, lucros retidos, pode vender ações ao público, obter crédito dos fornecedores de equipamento e, finalmente, conseguir empréstimo no Banco do Desenvolvimento Econômico ou no Banco do Brasil.

Para a nova empresa, esta fonte — utilização de reservas e de lucros retidos — não existe, pois nunca tendo operado, não poderá ter reservas ou lucros retidos. Esta, que é a principal fon-

te de financiamento das inversões industriais no Brasil, para as novas empresas não existe.

Quanto à venda de ações ao público, uma nova empresa terá, obviamente, que enfrentar — se quiser colocar ações no mercado — dificuldades muito maiores do que uma empresa já existente, já em funcionamento, que pode apresentar seu balanço, seus lucros. Quanto aos fornecedores de equipamentos, estes terão muito mais disposição para conceder crédito a empresas já existentes, que podem dar garantias, do que a novas empresas.

Finalmente, temos o crédito no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico. Este está aberto tanto às novas empresas como às já existentes, se bem que estas tenham mais facilidades, pois oferecem garantias maiores. Porém, aí é muito pequena a vantagem que a empresa existente leva sobre a nova.

O financiamento da primeira etapa do programa, do plano siderúrgico que expusemos aqui, já está sendo feito através de recursos aos expedientes mencionados. As empresas estão se utilizando de suas reservas; outras estão tratando de vender ações ou de obter créditos de financiamentos do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, do Banco do Brasil, etc. De modo que, não precisamos nos preocupar com o financiamento desta primeira etapa do programa de expansão da indústria siderúrgica, uma vez que este já está praticamente assegurado.

A outra parte do programa que não vai constituir problema é a terceira etapa, que compreende a futura expansão das usinas existentes, a ser feita no curso do quinquênio 1960/65, numa época em que a economia brasileira será mais sólida que hoje, em que as condições para levantamento de capital serão bem mais favoráveis, quando nada porque, sendo a riqueza e a renda nacional maiores, maior será a capacidade de poupança.

O problema que temos diante de nós refere-se à segunda etapa, isto é, ao financiamento das duas usinas que incluímos no nosso plano siderúrgico. Os recursos necessários, como vimos, são da ordem de 11.6 bilhões de cruzeiros e 180 milhões de dólares, perfazendo o total de quase 20 bilhões de cruzeiros. São estes os recursos cujo levantamento nos preocupa agora. Vejamos, passo a passo, como poderão ser levantados estes recursos, cuja cifra, à primeira vista, assusta. A parte em moeda estrangeira poderá ser coberta na sua quase totalidade, através de crédito dos fornecedores dos equipamentos. Isto tem dupla vantagem — primeiramente diminui as necessidades imediatas de recursos em moeda nacional. Em segundo lugar, alivia o peso desses 180 milhões de dólares no balanço de pagamentos, de vez que essa despesa, em vez de ser feita em três anos, poderá ser diluída num período de sete ou mais anos, conforme o prazo que os fornecedores ou financiadores se dispuserem a oferecer. Consideramos que a parte em moeda estrangeira poderá ser, assim,

obtida. Temos agora que cuidar dos recursos em cruzeiros, cujas necessidades, para a 2ª etapa do plano, estão estimadas em 11,6 bilhões de cruzeiros. Esta parte em moeda nacional, como poderia ela ser conseguida? Inicialmente vamos indagar com é que, em condições normais, se constitui uma empresa no Brasil? Normalmente um grupo de pessoas, um grupo de capitalistas ou um só capitalista, com seus próprios recursos inicia a empresa. Isto no caso normal; porém, no caso de uma usina siderúrgica, o problema é mais complexo. Pois, uma usina siderúrgica, de tamanho pequeno, custa aproximadamente cinco bilhões de cruzeiros, em moeda nacional, sem contar o equipamento a ser importado. Não existe no Brasil, é evidente, um grupo de capitalistas capaz de mobilizar esse dinheiro, contando apenas com seus próprios fundos. Por conseguinte, no caso da siderurgia, a necessidade de recursos é de tal ordem que não pode ser atendida pelos meios usuais de financiamento.

Assim sendo, para reunir recursos necessários à construção de uma usina siderúrgica é necessário o esforço conjugado de um grupo de capitalistas de projeção, capaz de entrar com algum recurso, mas, principalmente, de constituir como que um núcleo catalizador para atrair recursos de outros capitalistas, grandes e pequenos, a fim de constituir um capital social suficientemente elevado para justificar um pedido de empréstimo ao Banco do Desenvolvimento para completar os recursos. É desta maneira que está sendo resolvido o problema de financiamento da Cia. Siderúrgica Paulista que, como os Srs. sabem, planeja construir uma usina em Piaçaguera.

Acho que já expuz suficientemente o problema e posso parar por aqui para darmos início aos debates. (Palmas).

# DEBATES

## O Problema do Financiamento da Indústria Siderúrgica no Brasil

ENG. OTÁVIO MARCONDES FERRAZ — Após a exposição sobre financiamento das indústrias siderúrgicas no Brasil, feita pelo economista Juvenal Osório Gomes, para iniciar os debates, vou passar a palavra ao engenheiro João Gustavo Haenel, orientador dos debates desta noite para que, daqui para diante, os dirija.

ENG. JOÃO GUSTAVO HAENEL — O Dr. Juvenal Osório Gomes traçou as linhas que nos permitem, agora, ouvir os presentes debater o problema que foi tão bem lançado pelo conferencista.

A expansão do consumo de produtos siderúrgicos é realmente uma coisa impressionante, não só no Brasil como no resto do mundo.

Antes de iniciar os debates, gostaria de dar uma imagem que pode mostrar o vigor desse desenvolvimento.

Desde a invenção de Bessemer, em 1856, que foi o início da grande produção siderúrgica, até a data de hoje, passados portanto 100 anos, o mundo produziu cerca de 6 bilhões e duzentos milhões de toneladas de aço. Metade dessa produção foi produzida de 1939 para cá, isto é, nos últimos 17 anos, o mundo consumiu tanto aço quanto no resto de sua história.

E, se estamos hoje com uma produção mundial em torno das 280 milhões de toneladas por ano, é possível que nos próximos 10 anos se venha a produzir tanto aço como nestes períodos de 1856/1939 e 1939/1956. Isto mostra, portanto, o vigor da indústria siderúrgica que, apesar do aparecimento de novos metais, como é o caso frizante do alumínio e o caso mais recente do titânio, não perde a primazia e continua numa marcha ascensional, muito vigorosa. Esse progresso segue o desenvolvimento geral da economia. E como a economia mundial se desenvolve muito mais rapidamente após esta segunda guerra mundial, pois o produto nacional bruto da Europa que, era da ordem de 1,5% ao ano, por volta de 39 já é agora da ordem de 3,5%. Vê-se que não há perspectiva para um arrefecimento da expansão da indústria siderúrgica. Ela deverá crescer cada vez mais, pelo menos no futuro previsível — 1960 — com o qual nos podemos preocupar.

O roteiro dos debates de hoje tem quatro partes. As duas primeiras, constituídas pela previsão da produção e consumo da

indústria siderúrgica no Brasil e as projeções dessa expansão, parece-me, já têm sido suficientemente esclarecidas pelo ilustre conferencista para que haja necessidade de maiores detalhes. Em todo caso, dou a palavra a quem do auditório tenha algum esclarecimento, pergunta ou informação a fazer sobre as duas primeiras partes do temário (Pausa).

Vamos então passar ao tema central da conferência de hoje, que é o financiamento à indústria siderúrgica no Brasil.

O financiamento da indústria siderúrgica é realmente um problema muito delicado, envolvendo recursos vultosos. O custo da instalação de usinas siderúrgicas cresceu muito nos últimos vinte anos. Enquanto em 1939 se instalava uma usina a razão de 100 dólares por tonelada de lingote, hoje, esse custo é da ordem de 300 a 350 dólares por tonelada de lingote. E podemos admitir mesmo que cada nova unidade que se instala fora da Europa ou dos Estados Unidos não atingiu a importância de 400 dólares por tonelada de lingote. Mas, esta cifra aterradora, à primeira vista, não tem intimidado os países industrializados.

A Inglaterra está gastando 300 milhões de dólares por ano para expandir sua indústria siderúrgica. A Comunidade Européia do Carvão e do Aço, que reúne a França, Alemanha, Bélgica, Luxemburgo, Itália e Holanda, gastou, em 1956, 750 milhões de dólares para esse mesmo fim. A França investiu 170 milhões de dólares no ano passado; os Estados Unidos investiram 1.200 milhões de dólares no ano de 1956, e investirão 1.700 milhões no corrente ano. E todos os países europeus que nos pareciam com sua vitalidade econômica amortecida, mostram que, principalmente no campo siderúrgico, estão em pleno desenvolvimento. A França tem um plano de expansão a ser executado em 1957/62, no qual vai gastar 1 bilhão de dólares para elevar sua capacidade de 13,5 para 17 milhões de toneladas anuais; a Inglaterra também tem um plano de expansão para o mesmo período 1957/1962 no qual vai aumentar sua produção de 22 a 28 milhões de toneladas anuais.

Assim, todos esses países gastam anualmente uma grande percentagem do investimento nacional na própria indústria siderúrgica e as cifras citadas pelo dr. Juvenal O. Gomes, de 180 milhões de dólares mais 11 bilhões de cruzeiros que, poderemos dizer, convertido em dólares, representariam coisa da ordem de 380 milhões de dólares, dividido por um período de 5 anos, nos levam a uma inversão da ordem de 70 milhões de dólares por ano, o que não me parece exagerada para um país que, como o Brasil, cogita não apenas de desenvolver uma indústria siderúrgica já bastante vigorosa, mas de, realmente, criar toda uma infraestrutura requerida pelo ritmo de seu desenvolvimento econômico.

Passo, portanto, a palavra ao auditório para debater o financiamento da expansão das usinas existentes e das novas usinas.

Neste capítulo das usinas existentes, temos aqui o representante da Companhia Belgo Mineira, o dr. Beck. O dr. Beck não tem algum esclarecimento ou informação a nos dar?

ENG. HENRIQUE BECK JR. — Não vim aparelhado para falar a respeito mas posso dizer que boa parte da expansão da capacidade produtiva da Belgo Mineira está sendo feita pelo levantamento de capital por subscrição de ações, aproveitamento das reservas e financiamento do equipamento que está sendo importado. Não tenho aqui as cifras mas, em linhas gerais, é assim que tem sido realizada a expansão da capacidade produtiva da Belgo Mineira. Sei-as por alto mas citadas assim pareceriam um tanto vagas. Em todo caso, o capital da Belgo Mineira, como todos sabem, subiu sucessivamente de 600 milhões de cruzeiros para 900, para 1.200 e está agora em 2 bilhões de cruzeiros. Estamos querendo aumentá-lo brevemente para 3 bilhões de cruzeiros.

Penso que em linhas muito amplas é o que posso dizer no momento.

SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — Parece-me que na realidade, o que nós gostaríamos de ouvir sôbre financiamento de novas siderúrgicas e da expansão das já existentes seria, não tanto a forma de financiamento de projetos específicos mas, dentro de uma orientação que compete às autoridades da República dar à economia, quais são os recursos passíveis de serem destinados ao desenvolvimento da indústria siderúrgica; isto sem se discutir os projetos específicos porquanto aí já cairíamos no terreno particularíssimo. Quero saber se dentro do nosso chamado orçamento cambial, existem possibilidades de se tirar alguma coisa para a indústria siderúrgica brasileira, sem se prejudicar os outros setores onde também a economia nacional se desenvolve. O que se pode tirar para a siderurgia? Por outro lado, em matéria de cruzeiros, saber, dentro das possibilidades da economia nacional, o que é possível destinar-se sôbre tal empreendimento. Sôbre isso eu, que não sou engenheiro nem economista, mas me interesso pelo assunto, gostaria de ser esclarecido.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — O Dr. Luciano Nogueira Filho levantou aí um ponto realmente fascinante. Na verdade, é uma pergunta que todos nós fazemos a nós mesmos: «Mas quanto podemos dedicar a isso?» Aí é que são elas. Para saber quanto podemos dedicar à siderurgia teríamos que saber quais são as necessidades de todos os outros setores especificamente. Como isso é tarefa impossível, a não ser numa economia total e integralmente planejada, não me sinto em condições de responder objetivamente à pergunta do Dr. Luciano Nogueira



Filho, porém posso assegurar-lhe que a economia brasileira suporta perfeitamente o encargo dos investimentos necessários à expansão da indústria siderúrgica nas bases que examinamos aqui. Isso não é sacrifício demasiado.

Quanto à parte cambial, o ônus da importação de equipamentos, como vimos, pode ser diluído por vários anos. Segundo os nossos cálculos, no período 1957/65 iríamos gastar com a importação de equipamentos 405 milhões de dólares. Isso em 8 anos dá uma média de 50 milhões de dólares por ano. Não é demais, pois representa menos de 5% das nossas importações, de modo que não é um encargo excessivamente pesado. Além disso, êle pode ser distribuído por um número maior de anos, uma vez que se pode conseguir créditos de fornecedores ou mesmo de entidades oficiais, como por exemplo o Export-Import Bank e o Banco Internacional. Mas, de qualquer maneira, essa importância pode ser dividida por maior número de anos. Em 10 anos, representaria apenas 40 milhões de dólares, e assim por diante. Portanto, a parte cambial não constitui problema. A parte em moeda nacional é que talvez constitua um problema maior, não para as indústrias existentes, porque essas têm maiores possibilidades de acúmulo de reservas, lucros retidos, o que permite um levantamento de capitais seja através de lançamento de ações, seja através de financiamentos. Porém, para as novas empresas, o problema é difícil porque, conquanto o govêrno tenha todo o interêsse em incentivar o desenvolvimento da indústria siderúrgica, é evidente que sozinho não pode financiar 100% do empreendimento. E' preciso que os empreendedores privados consigam levantar recursos de certo vulto, os quais poderiam ser complementados pelo Govêrno, através de empréstimos. Infelizmente, não estou em condições de dizer aqui, por exemplo, com quanto o govêrno poderia entrar nesse programa siderúrgico, mas parece-me que tanto o govêrno federal quanto alguns govêrnos estaduais estariam dispostos a entrar com o que fôsse necessário.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Com a condição de ser minoria, porque maioria não vale a pena.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Entraria com a condição de ser minoria ou não. Seria através de participação societária e de empréstimos também.

SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — Como maioria não vale a pena.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Notem bem. O govêrno estaria eventualmente disposto a entrar com a importância necessária para complementar recursos privados, mesmo porque, caso contrário, teria que arcar só com os encargos. Ao govêrno não interessa ficar como maioria, pois maioria já tem na Siderúrgica Nacional, a qual está aí, entregando mais de 50% da produção siderúrgica nacional.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — E' o único exemplo.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Como o único exemplo, de que?

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Está perigando. O Sr. sabe melhor do que eu.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Não, não sei. Dou como respondida a pergunta do Dr. Luciano Nogueira Filho, porque parece que estamos nos desviando do tema!

ENG. JOÃO GUSTAVO HAENEL — Eu me permitiria, completando a explicação do conferencista, lembrar que os 180 milhões de dólares da segunda etapa a que êle se refere seriam facilmente obtidos em 10 anos, seriam apenas 18 milhões por ano, o que representa menos de um têtço do que o Brasil gastaria com a importação das 300 mil toneladas que tem importado anualmente. Portanto, o ônus cambial é pequeno.

Com relação ao problema de financiamento, infelizmente não vejo aqui o Dr. Roberto Jafet, que poderia falar pelas indústrias existentes. Permito-me, na ausência adêle, lembrar um problema muito sério que está sendo levantado, agora, na Inglaterra para as indústrias existentes. E' o seguinte: o custo das usinas siderúrgicas tem subido de 100 dólares para 300, e as amortizações sôbre os equipamentos existentes são feitas na base de custo histórico. Portanto, ao se findar o prazo útil de vida do equipamento siderúrgico e ao precisar renovar a sua capacidade produtiva, as emprêsas siderúrgicas se encontram numa situação em que as reservas postas de lado para êsse fim específico dão apenas para renovar um têtço da capacidade original. Sua expansão se faz à custa da erosão do capital porque o govêrno toma como lucro aquilo que na realidade é apenas reserva para amortizações. Êsse problema está impedindo, em grande parte, a renovação da indústria siderúrgica inglêsa. Está sendo levantado lá e é muito possível que o govêrno inglêso tenha que ceder a êsses reclamos, deixando que a amortização se faça com base no custo real de reposição.

Êsse problema é muito sério e será de envergadura para as indústrias que se vão formar. E' um problema do qual se precisa cuidar desde já. O govêrno precisa estar alerta; êle não pode permitir que se desgaste a capacidade financeira das indústrias siderúrgicas de modo a que elas não possam, nem mesmo, renovar o equipamento que elas já possuíam.

Tomei a liberdade de focalizar êsse assunto, dentro do têtório, pela ausência de alguém que se dispuzesse a levantá-lo.

SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — Vimos, portanto, que o custo histórico não apenas é uma tolice nacional. Também em outros países ela é praticada.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Mas qual a razão de custo histórico numa usina siderúrgica particular?

ENG. JOÃO GUSTAVO HAENEL — O govêrno permite apenas, amortizar para efeitos fiscais.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Eu monto uma empresa, uma usina. Compro um terreno por sessenta contos e daí há uns anos ele está valendo 100 contos. O que tem o governo que ver com isso?

SR. LUCIANO NOGUEIRA FILHO — Ele invade todos os setores da economia nacional.

Em matéria de reajuste de preço de contrato de construção de estrada de rodagem, por exemplo, o governo não quer aceitar a depreciação do maquinário rodoviário, pelo custo efetivo, mas sim, pelo custo histórico, como se o empreiteiro, ao final da vida do trator, não tivesse que repô-lo ao câmbio da terceira categoria.

ENG. JOÃO GUSTAVO HAENEL — A política de estímulo à expansão da indústria siderúrgica seria um dos itens da pauta: uma revisão da política de amortização para as usinas existentes. É preciso examinar quais os meios que o governo pode oferecer para estimular a criação de novas usinas.

Passo a palavra ao auditório para que debata esse tema.

ENG. MARTINHO PRADO UCHOA — Atendendo à sugestão do orientador de debates, sobre as recomendações que se poderia fazer ao governo, queria lembrar o exemplo da Colômbia, onde estivemos há anos.

Lá, o Banco da República, a exemplo do Banco do Desenvolvimento Econômico aqui, tem por missão incrementar a instalação de novas usinas, com a diferença que em vez de emprestar dinheiro, compra as ações que a empresa não pode colocar e, mais tarde, vai soltando-as em circulação e reaplicando o dinheiro em novas indústrias. Seria uma fórmula a ser sugerida ao governo daqui.

Outra seria, por exemplo, isenção de imposto de renda de ações ao portador, de indústrias básicas; não quero me referir especificamente à siderurgia: poderíamos citar sôda cáustica, energia elétrica e outras.

São essas as sugestões que queria apresentar ao auditório e, se possível, encaminhá-las, por meio do conferencista, ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.

ENG. JOÃO AUGUSTO HAENEL — Antes de passar a palavra ao conferencista para que responda à pergunta do Dr. Martinho Prado Uchoa, queria lembrar que a questão da amortização é atualíssima no Brasil, com a lei em que o governo permite a reavaliação do ativo. Reconheceu um fato — que houve inflação — mas não permite amortização sobre o valor reavaliado; só sobre o valor histórico. Reconhece um fato, mas não permite que o empresário amortize aquilo cuja reavaliação foi permitida na base do novo valor.

Passo, agora, a palavra ao Dr. Juvenal Osório Gomes, nosso conferencista de hoje, para que nos diga como o governo poderia encarar esse problema da inversão e, justamente a inversão que

parece ao conferencista a mais difícil, do pequeno capital privado dentro das indústrias de base e, que constituiria ação político-econômica.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Inicialmente queria dar um esclarecimento a respeito das observações do Doutor Martinho Prado Uchoa, que verificou a identidade entre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e o Banco da República da Colômbia, que compra as ações para depois revendê-las ao público. Faz uma espécie de «underwriting». Posso assegurar que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico estuda a possibilidade de fazer esse tipo de operação e, se não o fez até agora, é devido à incipiência de nosso mercado de capitais, já mencionada anteriormente. É verdade que aí temos um círculo vicioso, pois uma entidade como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico entrando, dessa forma, no mercado de capitais, contribuiria, decisivamente, para o seu fortalecimento. Aí é questão do círculo vicioso, que deve ser quebrado. Voltarei em seguida a este assunto.

A isenção do imposto de renda das ações ao portador parece-me não constituir uma solução. Creio que, nesse particular, não se pode dizer que a causa seja esta ou aquela, o problema decorre de fatores de ordem geral, como a falta de confiança, a falta de extensão do mercado de capital, etc.

A isenção de imposto de renda daria maior rentabilidade às ações, mas talvez isso não fôsse decisivo para fazer com que o pequeno poupador invertesse suas poupanças em ações, pois do que tem medo é da ação em si e, não do imposto de renda que sobre ela incide.

As observações do Senhor João Augusto Haenel, sobre depreciação e reservas de depreciação são mais do que procedentes. O que existe é um defeito de prática contábil. A prática contábil de todos contadores da indústria privada é depreciar o equipamento pelo seu custo histórico. Os contadores públicos seguem a mesma linha: essa a desinteligência. Os empresários querem depreciar pelo custo de hoje, os contadores insistem com o custo histórico.

Isso tudo deveria ser objeto de debate, e de muito interesse, por parte da Federação das Indústrias, junto ao governo. Por exemplo, não sei como a indústria deixou passar no Congresso Nacional, essa nova lei do imposto de renda, que estabelece imposto sobre lucros extraordinários. Esse lucro extraordinário não é lucro extraordinário coisa alguma; é lucro normal, depende da estrutura do capital. Uma empresa pode ter mais despesa com mão-de-obra e menos com capital. Não se pode falar em lucro extraordinário nessas bases. É caso de cerrar fileiras e fazer modificar a lei; introduzir, no novo projeto que vier, modificações de modo a tornar a tributação sobre a renda das pessoas jurídicas, menos desincentivadora da iniciativa privada.

Quanto ao mercado de capitais pròpriamente dito, acho que precisamos adotar medidas mais profundas. Seria, talvez, necessário organizar um Conselho ou qualquer órgão que regulamentasse as atividades da Bolsa e da venda das ações ao público; fiscalizar efetivamente as emprêsas que oferecem ações ao público, porque o público, a mim me parece, em certos casos tem tido razão ao recusar as ações; prefere não comprar, não aplicar as suas pequenas poupanças em ações, porque o que êle vê são emprêsas, organizadas ou não, burlar a sua boa-fé, empregando artifícios para diminuir a participação do público nos lucros. Isto é um fato que ninguém pode negar.

Depende de uma fiscalização, de uma regulamentação mais rigorosa e da tomada de consciência por parte dos empresários da necessidade de serem êles mais leais para com o público tomador das ações. Acho esta uma medida fundamental, que poderia recuperar o mercado para as ações, se corretamente complementada por outros incentivos que foram sugeridos pelo Dr. Martinho Prado, como isenção do impôsto de renda ao tomador, ou em a sua incidência bases mais módicas, ou qualquer coisa semelhante.

SR.LAURO DE FARIA — Eu teria duas perguntas a fazer: A primeira seria a seguinte: Estou informado que o impôsto de renda será propenso a tornar-se mais razoável; a amortização normal de 10% ao ano poderia ser tomado em valor maior, desde que haja uma demonstração cabal, um relatório a respeito. Tenho informações de que já existem emprêsas tratando disso, aqui em São Paulo. Gostaria de saber se está dando bons resultados. Parece-me que esta é uma brecha bastante interessante.

Em segundo lugar, desejaria procurar pôr a demonstração do Dr. Juvenal Osório Gomes nos seguintes têrmos. S.Ex<sup>a</sup> nos falou em três etapas. Primeiro em cêrca de 700 mil toneladas que estão sendo realizadas, e cujo financiamento está em curso; dando como tratar-se de problema fácil de ser resolvido, isto é, naturalmente tem suas dificuldades, mas, enfim, é um problema que está sendo resolvido. A terceira etapa, êle considera que, da mesma forma que a primeira, será resolvida, no futuro. Agora, a segunda parte, isto é, as duas usinas novas que estão sendo fundadas para concorrer com as 700 mil toneladas por ano, aqui são previstas dificuldades de financiamento, que seriam de 180 milhões de dólares que teriam a possibilidade de ser colocados no estrangeiro e o financiamento de 11.600 milhões de cruzeiros, que teriam de ser tirados do bolso do brasileiro, mas que eu perguntaria, como poderiam ser financiados, porquanto as quatro formas contempladas, a primeira de lucros não existe, e a pública está em grandes dificuldades; no financiamento, também é enorme as dificuldades, restando, então, a quarta forma que seria o empréstimo. Mas, êste empréstimo, só estamos vendo possibilidades no Banco do Desenvolvimento Econômico e no Banco

do Brasil. E, neste caso, vamos fazer uma hipótese de que eles financiassem até 60%. Então, ficariam 40% para ser obtidos por outras fontes, que até agora não participaram desta parte das cifras que seriam 4.640 milhões de cruzeiros. Então, eu perguntaria: Quem poderia esclarecer, onde poderiam sair esses 4.640 milhões de cruzeiros, dentro destes cinco anos, para a realização dessas usinas que são muito necessárias para nós?

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Bem, é com satisfação que fiquei sabendo, por intermédio do Dr. Lauro de Faria, que há uma possibilidade de convencer a Divisão do Imposto de Renda a aceitar a depreciação real ou efetiva, em vez daquela baseada no custo histórico...

ENG. JOÃO GUSTAVO HAENEL — Não, o que ele disse não foi bem isso. Ele disse que a Divisão do Imposto de Renda estaria propensa a permitir uma amortização mais rápida. Quer dizer, em vez de ser em 10 anos poderia ser em 6. Mas, seria sempre sobre o custo histórico.

SR. LAURO DE FARIA — Isso, pelo menos, já melhora a situação...

ENG. JOÃO GUSTAVO HAENEL — Porque permite perder menos!

SR. LAURO DE FARIA — Sim! Porque sendo em menor número de anos, permite acumular dinheiro para repor o equipamento. Eu desejaria justamente uma confirmação disso.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Infelizmente, não posso confirmar.

Quanto ao financiamento da segunda etapa do programa, conforme o Dr. Lauro de Faria muito bem expôs, o problema consiste no levantamento, no mercado interno de capitais de 4.600 milhões de cruzeiros, importância que deveria ser mobilizada mediante subscrição de ações, por capitalistas ou pequenos poupadores, e pequena parte também por entidades de direito público.

Se considerarmos que isso terá de ser feito em 4 ou 5 anos, dando um bilhão e pouco de cruzeiros por ano, a fim me parece que não constitui problema tão sério assim. A forma normal, a forma usual da organização do levantamento do capital para uma nova empresa, consiste, conforme vimos, na associação de um grupo de capitalistas. Mas, acontece que, normalmente, a nova empresa não exige recursos tão vultosos. Seria difícil reunir um grupo de capitalistas capaz de levantar a metade dessa importância, uma vez que estamos examinando a possibilidade de duas usinas, isto é, 2.300 milhões de cruzeiros para cada uma.

Mas, considero perfeitamente possível que um grupo de capitalistas se reúna e seja capaz de congregar, de induzir outros capitalistas a entrar no grupo e levantar, assim, a importância necessária à constituição do capital social dessas empresas. Isso me parece não tão difícil quanto ao Dr. Lauro de Faria, uma

vez que teríamos um pouco mais de um bilhão de cruzeiros por ano. É conveniente lembrar que, considerando apenas as empresas industriais e apenas aquelas organizadas sob a forma de sociedades anônimas, essas empresas, em 1956, fizeram aumentos de capital por subscrição de dinheiro no montante de 12 bilhões de cruzeiros, isso exclusivo a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional. Ora, 12 bilhões de cruzeiros já é um montante bem razoável. Num ano, a subscrição de capital, capital novo entrando nas sociedades anônimas industriais, foi de 12 bilhões de cruzeiros. Logo, 1 bilhão de cruzeiros seria, praticamente, dez por cento apenas, o que não me parece tão difícil, Dr. Lauro.

SR. LAURO DE FARIA — Tenho verdadeira satisfação em ouvir o Dr. Juvenal Gomes emitir essa opinião. Oxalá, isso se realize. Porém, o meu receio está em ver a situação geral, em que todo mundo que tem dinheiro, o emprega na própria empresa. Os que acorrem ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico não são só siderurgistas mas também os industriais de outros ramos que também necessitam de dinheiro para outras indústrias consideradas necessárias. Isto quer dizer, para mim, que todo mundo precisa de dinheiro. Por isso, quer-me parecer que dez por cento do investimento total representa uma parcela apreciável em virtude justamente do fato de que a falta de dinheiro é geral. E mesmo aqueles que estão precisando empregar dinheiro fora dessa siderurgia o estão fazendo em indústrias que vão aproveitar ao aço da siderúrgica. Haja vista, por exemplo, a indústria automobilística que vai precisar fundamentalmente do aço. Sobre essas previsões, esse fato agirá com certo impacto nesses números que o Dr. Juvenal comentou com grande prudência. E eles são mesmo de exigir uma prudência acentuada porque ninguém pode ainda dizer qual será o impacto da indústria automobilística, como indústria que está vindo, na nossa produção de laminados. Qual será esta exigência de laminados? Será enorme! No entanto, muita gente está pondo dinheiro nisto! Este é apenas um dos setores do quadro geral. Daí o meu receio de não conseguirmos os capitalistas que entrem com aquele 1/10 de capital. Isto é o que todos desejamos. Apenas deixo registrado o meu receio que desejo não seja efetivado.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — As objeções do Dr. Lauro de Faria são mais do que procedentes. Ele equacionou muito bem o problema. Cada indústria tem o seu plano de expansão e seus recursos estão presos àqueles planos. Não podem, por isso, desviar recursos para outras. Se o investimento total das indústrias vai a 12 bilhões de cruzeiros, apenas de capitais novos para novas empresas, é preciso notar que é sem contar a aplicação dos lucros retidos e das reservas, e apenas das sociedades anônimas e, mais ainda, de sociedades anônimas industriais. O investimento total na indústria, creio, anda por bem mais

de 50 bilhões de cruzeiros. Cada empresa tem um vasto plano de expansão. Mas, numa empresa já existente, sempre há a possibilidade de se fazerem manobras financeiras e desviar certa quantidade de recursos para ir constituir capital social de outra empresa. E suprir a falta de recurso na sua própria empresa através de créditos ou empréstimos, ou outro meio. Parece-me que pode ser levantado o dinheiro. E' claro que é difícil. E' preciso muito ânimo, muita coragem e uma vontade quase inabalável para ser empreendedor. Se para um investimento de 200 milhões de cruzeiros é preciso ter coragem, quanto mais para um de 10 bilhões! E' praticamente um herói quem consegue levar a cabo uma tarefa destas.

ENG. ROBERTO ROCHA VIEIRA — Perguntaria ao Dr. Otávio Marcondes Ferraz quais são os principais problemas que a COSIPA vem encontrando no levantamento dos recursos para sua instalação.

ENG. OTÁVIO MARCONDES FERRAZ — A não ser dificuldades intrínsecas ao vulto da questão, a COSIPA não tem, praticamente, encontrado dificuldades. Um negócio de 10 bilhões de cruzeiros, é um negócio importante em qualquer parte do mundo. No Brasil, então, é enorme! De modo que a diretoria da COSIPA está querendo estruturar convenientemente o seu plano de financiamento antes de lançá-lo. E' isso o que ela tem feito e assim não concretiza os vários pedidos de subscrição de capital que tem recebido, até que esse plano esteja pronto. Esse plano é delicado porque, como já tive ocasião de dizer ao general Macedo Soares, a COSIPA não é nem a Companhia Siderúrgica Nacional, que ele conhece muito bem, nem a Cia. Hidroelétrica do São Francisco, que eu conheço muito bem, que são empresas estatais e que, quando têm uma dificuldade qualquer, a diretoria enche um cheque de 50 milhões e desconta no Banco do Brasil, por intermédio do Governo. Mas, a COSIPA é uma empresa de economia privada. De forma que a preocupação dos seus dirigentes é a de fazer tudo o que estiver ao seu alcance para que este fato não aconteça.

ENG. PLÍNIO DE QUEIRÓS — Gostaria de perguntar por que havendo o incentivo do financiamento, a lei que estabeleceu a faculdade das companhias de seguros participarem do empreendimento, comprando diretamente a ação, fixou uma verdadeira multa, de 60% sobre as reservas técnicas das companhias que o não fizessem. Os especialistas que consultei não me explicaram. Por que multar uma coisa útil?

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Em primeiro lugar gostaria de saber por que o senhor considera multa o fato de a lei obrigar as companhias de seguros ou a depositar no Banco do Desenvolvimento 25% do aumento de suas reservas técnicas ou a empregar diretamente, se assim q preferir, 40% desse aumento em investimentos considerados de alta prioridade?



ENG. PLÍNIO DE QUEIRÓS — Porque a companhia de seguro é obrigada a ficar com o seu dinheiro lá durante cinco anos, a 5% de juros ao ano!

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Mas quando não deposita no Banco e usa a faculdade que a lei dá de aplicar diretamente, recebe juros não de 5%, mas de 10, 15 ou 20%; e quando subscreve ações recebe dividendos.

ENG. PLÍNIO DE QUEIRÓS — Não recebe nada nas empresas porque elas não têm dividendos!

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Se o negócio é nesta base então o mais prático é o seguinte: que as Companhias depositem no Banco os 25% para que êste empreste.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — E aí pulverizará no Brasil inteiro.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Como, pulverizará?

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Haverá aplicação em Tegucigalpa etc... Ela aplicou 40 milhões de cruzeiros no Schneider.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Ela pôs mais 60% no Schneider.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Pôs porque precisava, porque era uma lei antiga.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — As companhias de seguros subscreveram ações do Schneider. Talvez a ARNO, com essas condições...

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Não haveria. Sei porque estive nas companhias de seguros. Seria como que uma multa.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — O Sr. não pode chamar de multa, pois se assim fizer, seria o mesmo que dizer que o financiamento da COSIPA é um mau investimento. O Sr. passa cinco anos sem receber, mas depois recebe mais.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Obrigar a aplicar mais é dificultar a aplicação.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Não. E' para incentivar mais a aplicação. Se o Sr. aplica mais...

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Se o Sr. vai aplicar um dinheiro a quatro anos, é preciso tratar êsse dinheiro.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — O Sr. está analisando sob o seu ponto de vista.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Se eu digo: «Posso aplicar tanto», e êle me diz: «Quero que se aplique mais tanto». Respondo: «Mas, tanto, não posso». «Não: o Sr. tem que aplicar». Então êle vai para o Banco do Desenvolvimento Econômico e pulveriza.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Primeiramente quero dizer que o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico não pulveriza recursos. Aplicar em todo o País não é pulverizar. Êle aplica em todo o País mas em grandes empreendimentos, de mo-

do que não pulveriza. Em segundo lugar, peço que o Sr. veja que não é um caso específico, mas geral. As companhias de seguros têm por lei obrigação de depositar no Banco do Desenvolvimento 25% do aumento de suas reservas. Elas têm uma alternativa: podem fazer investimento direto, comprando ações ou emprestando a empresas cujo empreendimento seja considerado prioritário; terão, nesse caso, de empregar 40% do aumento das suas reservas técnicas, em vez de 25%. Esta é uma regra geral.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Qual é a razão?

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Para que elas apliquem mais.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Deve-se fazer com que desviem mais recursos das aplicações imobiliárias para aplicação nas indústrias.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — E' justamente o que se objetiva, e a regra não é nova.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Não é nova?

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — No ano passado já estava em vigor o esquema. A lei 2.973 o confirmou, mas êle já havia sido assentado através de entendimentos entre o Banco e as companhias de seguro.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Havia casos em que tinham sido aplicados 60%?

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — A mais sim, senão o Banco não permitiria. Tôdas as aplicações diretas que o Sr. conhece...

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Não conheço nenhuma. Só conheço o Schneider, que tinha 60%.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — O Sr. pode perguntar se o caso do Schneider não foi com mais de 65%.

ENG. PLÍNIO DE QUEIROZ — Não foi. Perguntei ao Sr. Melo Flores. Êle disse quenão foi. Perguntei ao Dr. Paulo Bohomoletz e êle disse que não foi.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — O Sr. conhece alguém na ARNO ou na Aço Villares. Pergunte a êles.

PROF. PAULO BOHOMOLETZ — Tem causado preocupações ao govêrno, segundo o noticiário da imprensa, o aumento dos depósitos e encaixes bancários a prazo fixo. Isso dá a impressão de que há uma taxa, uma renda mais elevada para êsse dinheiro, parte em forma oficial, parte em forma extra-oficial, extralegal, e o montante dêsses encaixes é realmente significativo e tem dado uma série de preocupações ao Ministro da Fazenda. Essa situação dá a impressão de que será um entrave para o levantamento de capitais privados de modo geral, sobretudo para tôdas aquelas indústrias cuja rentabilidade, cujo índice de lucro não pode ser imediato, como a indústria pesada em que é preciso esperar 8 ou 10 anos a fim de que possa vir um lucro ra-

zoável. Portanto, a impressão que tenho é que não existe absolutamente atrativo nenhum de se colocar dinheiro popular em ações desse tipo. Isso em primeiro lugar.

Em segundo lugar, quanto ao comentário do conferencista, faria uma pergunta, que é a seguinte: se entre os 12 bilhões de cruzeiros de capitais novos levantados no ano passado, existe uma fração ponderável de moeda estrangeira. E' capital que vem em dólares, em francos? Não sei. Faço a pergunta. Tenho impressão que uma parcela ponderável veio de fora, não é dinheiro nosso, não foi capital levantado em nosso país, foi dinheiro de trabalho de além-mar.

Tenho uma série de perguntas a fazer. Primeira: é possível saber-se qual é o montante de capital solicitado por empreendimentos siderúrgicos? Segunda: existe algum critério geo-econômico para o respectivo financiamento da indústria siderúrgica? Se existe, qual é? Terceira: existe algum estudo para financiamento de indústrias que vamos chamar de «correlatas»? Porque o financiamento de novas indústrias desse tipo cria em torno de si um número muito grande de indústrias subsidiárias e, provavelmente, essas indústrias subsidiárias também vão precisar de capitais, porque é uma fração ponderável de capital investido na indústria siderúrgica. E a fonte? Onde elas podem ir buscar esse capital? Provavelmente será a mesma para onde foram as siderúrgicas. Se existe esse estudo, a quanto montaria? Finalmente: a quanto iria essa soma, a solicitação das indústrias siderúrgicas e mais a solicitação das indústrias que delas dependem diretamente?

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — São muito procedentes as observações do Prof. Paulo Bohomoletz. Esta questão de depósito bancário a prazo fixo, de fato, tem preocupado bastante as autoridades e, certamente, é mais um empecilho, mais uma dificuldade para a indústria levantar capitais, uma vez que as pessoas, os capitalistas, que têm fundos líquidos, estão preferindo empregá-lo em depósito a prazo fixo, certamente recebendo uma parte dos juros por fora, do que emprestá-lo a juros normais a indústrias, ou mesmo subscrever ações de empresas industriais. Quanto ao pequeno poupador, eu queria deixar bem claro, que não sou muito otimista a respeito dele, pois esse pequeno poupador, que é, ao meu modo de ver, a pessoa que recebe exclusivamente remuneração do trabalho, não é capitalista, mesmo que se dispusesse a empregar seu dinheiro em ações industriais o montante total que poderia levantar de capitais, seria muito pequeno. Têm eles um grande incentivo a consumir ou dispendar seu dinheiro e, a primeira preocupação que tem ao reunir alguma coisa, é comprar casa própria ou coisas semelhantes. É, pois, um pessoal bastante difícil.

Deposito maior confiança na colocação de ações com os próprios capitalistas.

A respeito do novo capital que a indústria recebeu no ano passado, tem razão o Prof. Paulo Bohomoletz, houve capital vindo de fora. Infelizmente não tenho elementos para estimar o montante do capital de fora naqueles doze bilhões de cruzeiros, mas creio que tenha atingido 50%. Também não tenho dados para responder à pergunta quanto ao montante de financiamento solicitado ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico pelas indústrias siderúrgicas. Quanto à pergunta relativa ao critério geo-econômico adotado no exame dos pedidos ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, para as siderúrgicas, posso garantir que, não há critério pré-estabelecido. O critério é do exame do projeto em si, independente do local onde fôr se instalar a indústria; interessa é saber se o local satisfaz as condições necessárias ao funcionamento eficiente da indústria. A priori não se estabelece o local e, qualquer que êle seja, o projeto é examinado.

As indústrias correlatas, que vão usar os produtos siderúrgicos, muitas delas têm pedidos no Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico; não tenho dados aqui para esclarecer qual o montante dos mesmos, mas é óbvio que a expansão dessas indústrias vai exigir um montante elevado de recursos. É o caso, por exemplo, da indústria automobilística, que mencionou o Dr. Lauro Faria. Esta indústria está se expandindo e os seus planos indicam que nos próximos três ou quatro anos vamos ter investimentos vultuosíssimos nesse setor industrial.

PROF. PAULO BOHOMOLETZ — De que ordem de grandeza?

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Creio que da ordem de 10 bilhões de cruzeiros nessa indústria, que é grande consumidora de produtos siderúrgicos. Mas, no caso, grande parte desses investimentos será atendida através de capitais estrangeiros. Queria ainda, comunicar, ao Dr. Lauro Faria, em especial, e ao auditório em geral, que uma estimativa do consumo de ferro e aço pela indústria automobilística, considerada produzindo 120 mil veículos por ano, já feita, indica que seriam necessárias perto de 300 mil toneladas de ferro e aço, inclusive ferro fundido, chapas, aços especiais, etc. . .

SR. DOMÍCIO BARRETO — Como é do conhecimento dêste auditório, houve aumento de capital da Companhia Siderúrgica Nacional, de cerca de 500 milhões de cruzeiros e, a parte relativa ao público, as ações ordinárias do povo não foram aceitas; não por não se acreditar no investimento mas sim porque não existem tomadores. Tendo sido feito aumento de 500 milhões e a parte do público sendo bem menor e não havendo tomadores, como é que haverá, agora para 1 bilhão anual para indústria siderúrgica que ainda vai se instalar? Na minha opinião e na de muitos outros industriais, não existe êsse mercado de tomadores particulares. Admitindo que um grupo de capitalistas tenha 60 ou 100 milhões de cruzeiros para investir na indústria

siderúrgica, preferirá normalmente, investir em seu próprio negócio.

Se a Usina de Volta Redonda, tendo já pago dividendos, com a Companhia em expansão, com empréstimo já concedido para sua terceira expansão, não consegue tomadores, como é que outras indústrias conseguirão quantidade muito maior, se só pagarão dividendos dentro de 4 ou 5 anos?

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Inicialmente eu vou dar como exatas as declarações do Dr. Domicio Barreto, no sentido de que o aumento de capital da Siderúrgica Nacional foi oferecido ao público. Eu perguntaria se foi, de fato, oferecido ao público ou somente aos antigos acionistas para usarem seu direito de preferência. Dêsse aumento 430 ou 440 milhões foram subscritos pelo Tesouro Nacional e, os restantes 60 ou 70 milhões pelo público. Essa me parece ser a participação do público no recente aumento de capital da Companhia Siderúrgica Nacional. Essa minha dúvida creio que possa ser esclarecida pelo representante da citada Companhia, que aqui está presente.

ENG. JAYME BULCÃO — As cifras citadas pelo ilustre conferencista estão certas, são verdadeiras. Temos 430 milhões subscritos pelo Tesouro Nacional e 70 milhões subscritos pelo público.

Agora, devo acrescentar que essa questão de lançamento de ações ao público deve ser um assunto planejado demoradamente, com corretores, propaganda, etc., para ter uma subscrição maior. No caso da nossa Companhia não houve êsse trabalho de lançamento de ações; foi uma coisa feita com prazo muito curto. De maneira que tenho a impressão de que se fôsse feito de outra maneira, possivelmente, se teria conseguido uma porcentagem muito maior de subscrições públicas.

ENG. OTÁVIO MARCONDES FERRAZ — O Dr. Juvenal Osório Gomes, respondendo a uma das perguntas, referiu-se à falta de lealdade dos dirigentes das emprêsas que as vêzes dirigem de um modo um tanto discricionário, com isso não inspirando confiança ao público. Concordo com o ponto de vista de S. Excia., mas no caso das emprêsas estatais, êsse domínio é absoluto por parte do Govêrno. De modo que, há certamente que levar em conta que essas emprêsas estatais, dominadas pelo govêrno, que pode resolver, por exemplo, não distribuir dividendos, também faz com que o interêsse não permaneça, por muito tempo, como foi o caso da Emprêsa que dirijo. Na Hidroelétrica do São Francisco, depois do primeiro entusiasmo cívico de subscrições, tôdas as outras subscrições têm sido feitas pelo Govêrno, porque o público não tomaria novas ações, muito embora se saiba que, dentro em breve, vamos pagar dividendos. Já temos tido um saldo operativo; as despesas de operação têm deixado um saldo razoável para uma emprêsa que está começando a operar. Mas, em certos casos, penso que será muito difícil a tomada de ações, por parte do público. Esta minha observação, baseia-se na des-

confiança que há por parte do público e na falta de educação econômico-financeira para que o público tome com facilidade ações das companhias.

ENG. JOÃO GUSTAVO HAENEL — Penso que a resposta de V. Exa. satisfaz ao Sr. Domício Barreto; que não houve propriamente um lançamento de ações por parte da Cia. Siderúrgica Nacional, foi uma coisa muito rápida que atingiu apenas aos próprios antigos acionistas da empresa, não lançando mão de todas as possibilidades que o mercado podia oferecer.

SR. LAURO DE FARIA — Parece que alguém desejou perguntar qual seria o montante de capitais já empatados na siderúrgica. Não posso dar o montante exato, mas apenas uma ordem de grandeza, feita pelo Banco do Desenvolvimento Econômico. Pergunto ao Dr. Juvenal Osório Gomes se quer que eu dê?

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — O Dr. Paulo Bohomoletz havia perguntado, dos pedidos em curso, mas não nos já concedidos (pausa).

Dr. Lauro de Faria, parece que o auditório está interessado nessa informação!

SR. LAURO DE FARIA — Pelo que posso me recordar, já é o quatro financiamento feito à siderúrgica, no Brasil: Barbará, Aço Villares, Icomi e Piratininga, na ordem de 260 milhões de cruzeiros, por aí.

ECON. JUVENAL OSÓRIO GOMES — Muito bem!

ENG. JOÃO GUSTAVO HAENEL — Muito obrigado pela informação adicional que V. Exa. acaba de dar.

Já tendo sido debatido, amplamente, o assunto desta noite, passa a palavra ao Sr. Presidente, para que assuma novamente a direção da sessão.

ENG. OTÁVIO MARCONDES FERRAZ — Após a exposição do Sr. Conferencista, feita com brilho e competência, os debates muito eficientemente conduzidos pelo Sr. Orientador, cumpre-me, como Presidente desta Sessão, encerrá-la.

Está se tornando uma tradição o debate, no Instituto de Engenharia de São Paulo, dos grandes problemas nacionais. Eles são aqui tratados por pessoas competentes, profissionalmente, e que, pela sua posição, podem trazer uma manifestação que é sempre uma contribuição interessante, preciosa, útil, enfim, ao esclarecimento de problemas em foco, que, neste ambiente, são tratados nos termos e nas condições de clima em que devem ser tratados os problemas que dizem respeito aos altos interesses nacionais.

O Instituto de Engenharia é um porto franco para as idéias e sugestões que permitem o bom e feliz encaminhamento dos problemas que aqui são debatidos. Estão, pois, de parabéns, o Instituto de Engenharia de São Paulo e o Centro «Morães Rego», onde uma mocidade idealista procura agitar, focalizar e enca-

minhar debates, discussões e exames de questões de interesse coletivo que devem estar acima das paixões mesquinhas dos interesses individuais egoístas, para terem solução consentânea com o interesse da coletividade.

Tratou-se, aqui, do aspecto financeiro do problema siderúrgico brasileiro. Nos nossos dias, os debates públicos que se travam em torno de problemas dessa ordem são sempre debates sobre aspectos econômicos financeiros e políticos. Os aspectos técnicos dos problemas são, de um modo geral, menos susceptíveis de debates e discussões, por serem eles mais facilmente equacionáveis e permitirem que, após uma troca de vistas, tenham solução de acordo com o ambiente e com o adiantamento da ciência na época em que são discutidos.

Os outros aspectos, econômico e financeiro, não deixam geralmente de ser aspectos políticos do problema. Dependem as suas soluções não somente da ciência econômica e da ciência das finanças mas, e especialmente, dos aspectos que lhe dêem a política econômica e a política financeira seguida pelos dirigentes do País.

Falou-se, aqui, no caso da COSIPA, cujo investimento em divisas deve ser da ordem de 90 milhões de dólares, em algarismos redondos. Este investimento permitirá que o País faça uma economia de divisas da ordem de 45 milhões, por ano.

Portanto, do ponto de vista meramente nacional, meramente brasileiro, o investimento se paga em dois anos. Se nós o distribuirmos, como propôs o ilustre conferencista, por dez anos, podemos contar que teremos apenas os 45 milhões de dólares que a economia brasileira deixa de despender no exterior, cerca de 12 milhões de dólares apenas como pagamento do principal e juros se o prazo de pagamento for estendido a um período de 10 anos. Portanto, o que se precisa é vontade, idealismo, fé para vencermos esse problema.

Há, no Brasil, indubitavelmente, um subconsumo de produtos siderúrgicos, pois de outro modo não pode ser explicada a modéstia da situação estatística do consumo «per capita» do Brasil no cenário mundial. Ao passo que o consumo de aço «per capita» nos Estados Unidos é de 620 quilos, caindo na Alemanha a 438, a 247 na França, inclusive território do Sarre, países novos comparáveis ao Brasil, como a Austrália, a Venezuela e a Argentina têm consumo respectivamente de 240, 127 e 87 quilos «per capita».

Considerando-se que em 1961 vários dos projetos em estudo ou em andamento estejam completados e que a população brasileira seja nessa época de 65 milhões de habitantes, o consumo do Brasil seria da ordem de 1.915.000 toneladas se o consumo «per capita» continuasse a ser de 31 quilos. Mas se admitirmos que a produção, somada à facilidade de importação, permita um livre abastecimento, não tenho dúvida de que o consumo

poderá, naquela época, atingir 2.925.000 ou 3.250.000, o que corresponderia a um consumo «per capita» de 45 ou 50 quilos por ano.

Vemos, portanto, que absolutamente não pode haver receio de uma superprodução de aço no Brasil, mesmo que sejam montadas duas novas grandes usinas e que Volta Redonda tenha a expansão que a sua diretoria projetou.

Não é possível que um País progrida e tenha a sua vida econômica e social organizada sem que êstes quatro pontos que, a meu ver são fundamentais, possam ser satisfeitos:

Aço em abundância!

Energia tanta quanto se necessite e a preço razoável (digo preço razoável e não preço barato como se diz por aí);

Cimento a preços razoáveis em quantidade satisfatória;

Transportes eficientes, seguros e a preços razoáveis.

Só um país que tenha êstes elementos pode contar com uma evolução harmônica de sua situação econômica e social.

Sempre me tenho manifestado pela iniciativa privada, e por êste motivo, acho que os nossos homens de empresa e de capital devem ter coragem, interesse e patriotismo para distribuir suas atividades e seus capitais para êstes quatro setores essenciais da economia brasileira. E' procedendo assim e não proclamando um nacionalismo sem muita significação que nós seremos, por paradoxal que pareça, verdadeiramente nacionais e criaremos a grandeza de nossa Pátria.

A importância da indústria siderúrgica no País quase não precisaria ser proclamada neste recinto. Entretanto, dela depende em grande parte a independência econômica do País.

Poucos setores das atividades industriais e produtivos da vida moderna podem prescindir de um suprimento conveniente de produtos siderúrgicos. A modéstia da expansão que agora está sendo prevista para o suprimento nacional apenas melhora a colocação estatística do Brasil no panorama nacional, mas, se refletirmos um pouco, veremos que, dos 40.000 km de estradas de ferro brasileiras, muito poucos têm os seus trilhos em bom estado, e que só a sua substituição exigiria mais de 3 milhões de toneladas, ou seja, cerca de cinco anos de trabalho exclusivo da usina de Volta Redonda, se toda ela se consagrasse à produção de trilhos abandonando todos os outros setores.

Parodiando o intrépido príncipe de Bragança, nosso primeiro Imperador, no seu histórico Grito do Ipiranga, poderemos dizer: **OU PRODUZIMOS AÇO, OU MORREMOS COMO NAÇÃO INDEPENDENTE!** (PALMAS PROLONGADAS).

Agradeço a presença de todos os Senhores que ouviram e de todos os que tão brilhantemente colaboraram nos debates do tema e declaro encerrada a sessão. (Palmas).



## PARTICIPANTES DA IX SEMANA DE ESTUDOS

cujos nomes pudemos anotar :

Antonio Simões Martins, Antonio C. Nogueira, Alvaro Teixeira de Freitas, André Galias, Antonio Martins de Luiggi, Armando de Arruda Camargo, Antonio Sandoval Neto, Antonio Ermírio de Moraes, Abrahão Yazigi Neto, Antonio C. Chagas Ramos, Adauto Souza, Aristides Cockell, Alceu Fabio Barbosa, Assis Tavora, Amynthas J. de Moraes, Axel P. N. de Ferran, Arino R. da Costa, Augusto de Barros Pimentel Filho, André Franco Martins, Alberto A. Arantes, Adib Jorge, Antonio de A. Carneiro, Alexandre Serpa Albuquerque, Alcides N. Mazzarolo, Adolpho H. Hempel, Antonio José das Neves, A. Musetti, Atsushi Gomi, Atushi Yamauchi, Antonio A. da Silva.

Benedicto Alves Ferreira, Bruno Hahmann, Boaventura Farina.

Carlos Eduardo Cajado, Claudio W. F. Bock, Cleomenes A. Pedrosa, Christiano H. Yahn, Clovis Bradaschia, Carlos F. Engelen, Celso de Campos, Claude Netter, Carlos Ferreira da Silva.

David L. Schwartzman, Dinorah Vicente, Décio Casadei, Duarte F. Moraes, Donald A. Camargo, Domicio Barreto, Dietrich Brömel, Dalto Ferreira.

Edmilsom D. de Lemos, Enio Figueiredo, Eduardo, Simonsen, Eduardo Pacheco e Silva, Eliadi Maria Ciasca, Eduardo Freschet, Eduardo L. Vieira, Eduardo Pyles Lozano, Egberto Franco, Eduardo Hassimotto, Earl M. Irving, Egberto A. S. Pereira.

Francisco Homem de Melo, Fernando A. Siriani, F. Lacourt, Francisco Sanz, Francisco P. Pampado do Canto, Fernando L. Carraro, Ferrucio Fabriani, Frederico Melcher, Francisco Gomes de Almeida, Fernando F. M. Almeida, Felicio A. Farina, Francisco Vasconcelos, Fabio D. Homem de Melo, Felix Baldass, Franck Kenworthy G. da Silva.

Geraldo C. Melcher, Geraldo Bueno Martha, Geraldo P. Rodrigues, Gerson B. Nogueira, George Brillinger, Gabriel Mauro de Oliveira, Guido A. Petruselli, G. L. Borhringier, Guilherme Hernandez, Geraldo Figueiredo de C. Gama, Gastão Roberto Motta, G. Raçú Cox, George Soares de Moraes.

H. Cremer, Haroldo Maranhão, Helena Girabelli, Horace A. Hunnicutt, Henrique Schiefferclecke Fº, Henrique R. Moura Baptista, Henrique Novisnki, Helena Melcher, Helcio Cabral, Henrique Anawate, Hildo Norat Guimarães, Henrique Beck Jr., Humberto Espírito Santo, Herminio Silva Jr.

Isaac Berezin, Ibe de Araujo, Isaac Judarewshi, Ivan Simões Lopez.

Jesuina Cardoso, José do Valle Nogueira, José Moreno Galico, Justo P. da Fonseca, João G. Haenel, J. S. Nogami, Jacques F. Robertson (U.S.G. Survey), José Luiz Beraldo, Jacques Lima de Moraes, José Epitacio P. Guimarães, João Guaraldo, João Tavora, Jamil Munhoz Bailão, José R. de Figueiredo, José Maria P. Gomes, Jarbas O. Nascimento, Jesus A. T. Carvalho e Silva, Lacob Leiner, João B. Monti, Jorge P. Henriques, Jorge Finardi.

Kazuo Abe, Klaus Mahlmeister, Kleber C. Rocha.

Ludwig Forster, Lygia Domadio Baptista, Lauro Morandi, Luiz Leseigneur de Faria, Luciano Jacques de Moraes, Lauro M. Faria, Luiz F. G. Vieira, Lina Vitali, Leonardo dos Passos Mello, Lino A. L. Santos, Luiz Gonzaga Frelet, Laura M. de Figueiredo, Luciano Faria, Luiz Coelho C. da Silva, Ladislav Dowbor.

Maria E. Fernandes, Maria Lucia de Amorim, Marco Manfredi, Manabu Nanamura, Mauricio Novinsky, Miguel de Carvalho Dias, Milciades P. da Silva, Mario Fongaro, Miguel Garcia Martinez, Michel J. Loeb, Mauricio Grinberg, Murilo O. Marcondes, Morel M. Reis, Manoel A. Moraes, Martinho Prado Uchôa.

Neuclayr Martins, Nicolau Popoff, Nilza dos S. Farina.

Orlando Caldeira, Osvan Nogueira, Oswaldo Ferreira Pinto, Orlando Generoso, Orestes Gonçalves, Octavio Guazzelli Jr., Oswaldo Yazbeck.

Paulo Schaetzle, Paulo P. Ferreira, Pedro Fausto P. Azevedo, Paulo Abib Andery, Pedro Maciel, Próspero C. Paoliello, Paulo M. Bohomoletz, Paulo C. de Souza Dias, Petronio de Lacerda, Pedro Dias de Souza, Plinio O. Assmann, Paulo de Tarso Santos, Plinio de Queiroz.

Roberto Rocha Vieira, Renato Rocha Vieira, Regina de M. Nogueira, Ronaldo Pavesi, Richar Britean, Regina Sandoval, Roberto F. Johnson (U.S.G. Survey), Roberto Cardoso, Robinson Ribeiro, Robert Loutsch, Rui Ribeiro Franco, Reolando Silveira, Roberto Lordy.

Sebastião F. Nascimento, Saverio V. B. L'Abbate, Seiki Ueta, Shiguemi Fujimori, Sergio Bresciani, S. J. Martins Soares, Sergio N. Prado, Salo Loebmann, Sergio Bruzetti e Sra., Setsuo Yoshinaga.

Tacito Barcellos Corrêa, Tomio Kitice, Tharcisio D. Souza Santos.

Ulysses Lago Filho.

Victor Paula Freitas, Victor Resse de Gouvêa, Vicente Mazzarella, Victor Carlos Fillinger, Velta Melcher, Vicente Chiaverini.

Waldemar Schick, William R. Marshall (U.S. Bureau Mines), Waldemar Constantino, Walter A. Ros, Walter A. Beurtenne, Wilkie M. Barbosa.

Yosiyuki Miyake.